

## Reportagens com denúncias na imprensa brasileira: análise de duas décadas da predileção por mostrar problemas

Brazilian press and denunciation: an analysis of two decades in the predilection for showing problems

Solano Nascimento

Universidade de Brasília

Campus Darcy Ribeiro, s/n, 70910-90, Asa Norte, Brasília, DF, Brasil.

nascimento@unb.br

---

**Resumo.** Este estudo analisa a publicação de reportagens com denúncias pela imprensa brasileira nos seis anos de eleições presidenciais pós-regime militar, o que significa um período de mais de 20 anos. O corpus escolhido são as três maiores revistas semanais do país: *Época*, *IstoÉ* e *Veja*. A conclusão é que o número médio de reportagens com denúncias praticamente triplicou a partir de 2002 na comparação com o período que vai de 1989 a 1998. Uma revisão bibliográfica é usada para mostrar que essa preferência da imprensa por denúncias, além de estar ligada ao avanço democrático do país, pode ser explicada por algumas das principais teorias do jornalismo.

**Palavras-Chave:** jornalismo, revistas, jornalismo investigativo.

**Abstract.** This study analyzes the Brazilian press' tendency to publish stories with denunciations during the six separate years of presidential elections that happened after the military regime, which means a period of over 20 years. The chosen corpus are the country's three main weekly magazines: *Época*, *IstoÉ* and *Veja*. The conclusion is that the average number of stories containing denunciations almost tripled since 2002, when compared to the 1989-1998 period. A bibliographic review was employed to show that the Brazilian press' preference for denunciation, apart from being related to the country's democratic progress, can be explained by some of journalism's main theories.

**Key words:** journalism, magazines, watchdog journalism.

---

### Apresentação

Na primeira semana de março de 2010, a capa da revista *IstoÉ* – a terceira publicação informativa semanal com a maior tiragem no país – estampava com um fundo vermelho, cor tradicional do Partido dos Trabalhadores (PT), a obtenção de documentos indicando que um dos coordenadores da campanha de Dilma Rousseff, então candidata à presidência da República, fizera remessas ilegais de recursos para o exterior. Na segunda semana daquele mês, a capa da revista *Veja*, a maior publicação semanal informativa do Brasil, tinha o fundo

na mesma cor e remetia para uma reportagem segundo a qual o tesoureiro do PT fora responsável por um esquema de desvio de dinheiro. Na terceira semana, a revista *Época*, vice-líder em circulação entre as semanais, informava que Agnelo Queiroz, então candidato ao governo do Distrito Federal, era suspeito de enriquecimento ilícito. O mês de março de 2010 não foi atípico. Como se mostrará neste artigo, a aptidão da imprensa brasileira pela publicação de denúncias se fortaleceu na última década e pode ser explicada pelo menos a partir de duas vertentes: uma delas são os valores-notícia contidos em uma denúncia,

que favorecem a sua publicação; e a outra é o avanço do processo democrático no país, que criou ferramentas para a investigação jornalística e robusteceu instituições de fiscalização do Estado<sup>1</sup>.

## Denúncias cerceadas

Durante os 20 anos da ditadura militar, de 1964 a 1985, jornais e revistas brasileiros publicaram denúncias relacionadas a problemas sociais e, em menor número, ao comportamento de autoridades. O jornal *O Estado de São Paulo*, por exemplo, mobilizou 40 repórteres para a série de reportagens “Assim vivem nossos superfuncionários”, que mostrava sessões privadas de filmes proibidos, trocas frequentes de geladeiras e uso de aviões para lazer por servidores públicos. “A primeira matéria saiu num domingo e anunciava a continuação para terça-feira (na segunda o jornal não circulava). Os rumores em Brasília previam que a continuação jamais seria publicada. Foi.” (Beloch e Fagundes, 2006, p. 74). Foi também durante o regime militar que a revista *Veja* publicou, a partir do final de 1978, uma série de reportagens que depois ficaria conhecida pelo título “O seqüestro dos uruguaios”, na qual mostrava como policiais brasileiros ajudaram a prender e transportar ilegalmente para o Uruguai dois perseguidos políticos daquele país.

Reportagens como essas eram, no entanto, exceção. O pesquisador argentino Silvio Waisbord, radicado nos Estados Unidos, lembra que as ditaduras militares que se espalharam pela América do Sul nas décadas de 1960 e 1970 inibiram o trabalho jornalístico com censura e outros meios.

*An independent, politically neutral press was a chimera when civilian and military governments close down media firms, tightly censored newsrooms and persecuted and killed dissident journalists. The few editors and reporter who took distance from the government and remained*

*committed to watchdog journalism often paid with prison, torture, exile, and death (Waisbord, 2000, p. 22)*<sup>2</sup>.

Por conta disso, como mostramos em estudo anterior (Nascimento, 2010), só se pode falar em uma “tendência” de jornalismo investigativo no Brasil – e, por consequência, de publicação de reportagens com denúncia – depois da segunda metade da década de 1980, a partir do governo de José Sarney (1985-1990), o primeiro civil a ocupar a presidência da República após o regime militar. A reportagem “Concorrência da ferrovia Norte-Sul foi uma farsa”, publicada pelo jornal *Folha de S.Paulo* em 1987, denunciava o acerto entre empresários e autoridades para dividir uma das mais caras obras do governo federal naquele período. A reportagem, cuja fonte original da informação é mantida em sigilo até hoje, é simbólica de uma nova fase na qual a imprensa brasileira estava entrando.

## A amostra

Por conta do cerceamento da imprensa durante o regime militar, este estudo se dedica à análise da publicação de denúncias nas duas décadas que se seguiram à ditadura. Para fins comparativos, foram pesquisados todos os anos de eleição presidencial desde a redemocratização – 1989, 1994, 1998, 2002, 2006 e 2010<sup>3</sup>. Por serem anos eleitorais, são mais facilmente comparáveis. De cada ano, foi pesquisada a publicação de reportagens durante o primeiro semestre. O período de seis meses é considerado suficiente para a análise, e o segundo semestre foi evitado porque é nele que ocorrem as eleições, fato que poderia de alguma forma ‘contagiar’ o *corpus* da pesquisa.

O *corpus* escolhido são as três maiores revistas informativas brasileiras, *Época*, *IstoÉ* e *Veja*<sup>4</sup>. Essa escolha se deve, em parte, ao fato de a periodicidade semanal das revistas permitir que a pesquisa abranja um período relativamente

<sup>1</sup> Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no XXII Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós).

<sup>2</sup> Uma independente, politicamente neutra imprensa era uma quimera quando governos civis e militares fechavam veículos de comunicação, censuravam redações com firmeza e perseguiam e matavam jornalistas independentes. Os poucos editores e repórteres que tomaram distância do governo e permaneceram fazendo jornalismo investigativo com frequência pagaram com prisão, tortura, exílio e morte (Tradução do autor).

<sup>3</sup> O levantamento referente ao ano de 2010 foi feito em parceria com Erika Ventura Gross e Nicolle Brandão Simão, pesquisadoras do programa de iniciação científica da Universidade de Brasília, apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

<sup>4</sup> Dados do Instituto Verificador de Circulação de dezembro de 2010, o último ano analisado neste estudo, mostravam que as revistas chegaram às seguintes tiragens: *Veja*: 1.077.976; *Época*: 401.231; e *IstoÉ*: 325.866.

longo de tempo sem a necessidade de análise de um número exagerado de publicações, o que ocorreria se o *corpus* fossem jornais diários, por exemplo. A escolha também se deve ao fato de as revistas terem tomado a frente nos últimos anos no processo de publicação de reportagens com denúncias de irregularidades praticadas por autoridades. Isso ocorreu principalmente a partir da série de reportagens que no começo da década de 1990 culminou com o impeachment do então presidente da República, Fernando Collor de Mello, fato inédito na história brasileira. As principais reportagens foram publicadas pelas revistas *IstoÉ* e *Veja*.

As análises das publicações nos anos das duas primeiras eleições presidenciais, 1989 e 1994, são feitas sobre as revistas *Veja* e *IstoÉ*, já que a revista *Época* ainda não havia sido lançada. O levantamento referente aos anos eleitorais de 1998, 2002, 2006 e 2010 inclui as três publicações. No entanto, *Época* começou a circular já no final do primeiro semestre de 1998 e não chegou a publicar denúncias no período analisado naquele ano. É por isso que, como se verá, a análise da publicação de denúncias será feita tanto pelo número absoluto quanto pela média por revista.

Para o levantamento, foram criados alguns filtros, de forma que na análise foram consideradas as reportagens com as características a seguir:

- reportagens com denúncias exclusivas ou que têm algum elemento importante exclusivo. Com isso, a repetição por essas revistas de denúncias divulgadas durante a semana por jornais e redes de televisão é descartada;
- reportagens publicadas na editoria de Brasil em cada uma das três revistas. Trata-se da editoria nobre, que ocupa espaço no começo das revistas e na qual costumam ser publicadas quase todas as reportagens com denúncias;
- reportagens produzidas pelas sucursais das revistas em Brasília. A separação foi feita porque as equipes sediadas na capital do país são as que tradicionalmente têm a busca por denúncias como missão principal. A produção pela sucursal de Brasília foi definida a partir da autoria da matéria, sendo consideradas de Brasília todas as matérias assinadas por pelo menos um repórter da sucursal da revista na cidade.

Assim, de forma sintética, para a análise final da pesquisa foram consideradas todas as reportagens exclusivas com denúncias, produzidas pelas sucursais em Brasília e publicadas na principal editoria de *Época*, *IstoÉ* e *Veja*, as três maiores revistas informativas do país. Os filtros não foram aleatórios. É importante ressaltar que a editoria principal de cada uma das revistas é a que, tradicionalmente, publica denúncias. Grosso modo, as três publicações têm a editoria de Brasil e outras em que são tratados assuntos relacionados a mundo, economia, comportamento e cultura. Além disso, são repórteres das sucursais das revistas em Brasília que, também tradicionalmente, são deslocados para a realização de reportagens com denúncias em outras unidades da federação. Assim, ainda que não lide com a totalidade das denúncias apresentadas pelas três revistas, a pesquisa trata da maior parte delas.

Para decidir se uma reportagem tratava ou não de denúncia foi levado em conta o fator presença/ausência da análise de conteúdo (Bardin, 1977). Assim, reportagens com a presença de expressões que deixam clara a ideia de uma denúncia – mostram acusações, tratam de irregularidades, revelam atos ilícitos e coisas semelhantes – foram consideradas reportagens com denúncias e entraram para o corpus pesquisado.

## Análise dos dados

A publicação de denúncias pela imprensa brasileira teve uma relativa variação de temas entre 1989 e 2010. Houve uma clara predominância de assuntos relativos a irregularidades e comportamentos questionáveis de funcionários públicos e autoridades, linha que tem marcado o jornalismo investigativo no Brasil desde o início da redemocratização. Houve, no entanto, nuances distintas na publicação de denúncias nesses anos todos.

O ano de 1989 registrou a primeira eleição direta para presidente da República pós-regime militar. Nesse ano, as duas grandes revistas então em circulação – *Veja* e *IstoÉ* – priorizaram em suas reportagens denúncias sobre benefícios e regalias de servidores públicos. O assunto foi um dos principais temas da campanha eleitoral daquele ano, e o presidente eleito, Fernando Collor de Mello, tinha na moralização do serviço público a sua principal promessa. A análise das reportagens com denúncias publicadas dentro do corpus deste estudo leva à seguinte tabela:

**Tabela 1.** Reportagens com denúncias publicadas pelas revistas *IstoÉ* e *Veja* no ano de 1989.**Table 1.** Stories with denunciations published by magazines *IstoÉ* and *Veja* in 1989.

Reportagens com denúncias	Média de reportagens com denúncias por revista	Média semanal de reportagens com denúncias
8	4	0,3

No ano eleitoral seguinte, 1994, ainda houve reportagens com denúncias sobre contratação irregular de servidores e desvios de recursos públicos, mas outros temas apareceram. Entre eles, se destacaram denúncias sobre espionagens ilegais e crimes econômicos. A eleição presidencial daquele ano ainda tinha o peso do impeachment do presidente Fernando Collor de Mello. A análise quantitativa das denúncias publicadas em 1994 mostra os seguintes números:

**Tabela 2.** Reportagens com denúncias publicadas pelas revistas *IstoÉ* e *Veja* no ano de 1994.**Table 2.** Stories with denunciations published by magazines *IstoÉ* and *Veja* in 1994.

Reportagens com denúncias	Média de reportagens com denúncias por revista	Média semanal de reportagens com denúncias
12	6	0,5

No ano da eleição de 1998, o país experimentava um cenário de estabilidade econômica e uma certa calma política no plano federal. A publicação de denúncias pelas três grandes revistas reflete esse cenário. No lugar de temas nacionais, que haviam quase monopolizado as denúncias nos dois anos anteriores analisados, o foco principal das reportagens em 1998 se voltou para os estados. A revelação de irregularidades envolvendo autoridades e funcionários públicos seguiu sendo o tema principal das denúncias, só que dessa vez os problemas mostrados estava ocorrendo nos estados, e não da capital federal. Os números das denúncias publicadas naquele ano são os seguintes:

**Tabela 3.** Reportagens com denúncias publicadas pelas revistas *IstoÉ* e *Veja* no ano de 1998.**Table 3.** Stories with denunciations published by magazines *IstoÉ* and *Veja* in 1998.

Reportagens com denúncias	Média de reportagens com denúncias por revista	Média semanal de reportagens com denúncias
9	4,5	0,3

O ano da primeira eleição presidencial deste século, 2002, foi marcado pelo enfrentamento de várias forças políticas. A eleição acabaria com o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) deixando o poder após oito anos e sendo substituído pelo Partido dos Trabalhadores. Quase metade de todas as reportagens com denúncias que compõem o corpus do estudo naquele ano tratavam de questões relacionadas diretamente com as eleições, principalmente com o suposto uso de recursos ilícitos em campanhas eleitorais. Como já referido, o ano de 2002 foi o primeiro em que a revista *Época* publicou denúncias no primeiro semestre e, por isso, ela passa a aparecer dentro do corpus deste estudo. Assim, a média de reportagens por revista passa a ser para três publicações, e não para duas, como nos anos anteriores. Os dados do ano de 2002 são os seguintes:

**Tabela 4.** Reportagens com denúncias publicadas pelas revistas *Época*, *IstoÉ* e *Veja* no ano de 2002.**Table 4.** Stories with denunciations published by magazines *Época*, *IstoÉ* and *Veja* in 2002.

Reportagens com denúncias	Média de reportagens com denúncias por revista	Média semanal de reportagens com denúncias
38	12,7	1,5

No ano eleitoral de 2006, problemas envolvendo ministros e outros ocupantes de altos cargos no governo federal foram o tema de quase metade de todas as reportagens com denúncias publicadas pelas três grandes revistas. O assunto mais tratado foi o do chamado mensalão, um esquema de repasse de recursos de origem controversa a políticos da base de sustentação do governo no Congresso. O caso seguiria rendendo manchetes nos anos seguintes, e só teria um desfecho em 2012, com o julgamento dos acusados pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O ano agitado na cena política rendeu em reportagens os seguintes números:

**Tabela 5.** Reportagens com denúncias publicadas pelas revistas *Época*, *IstoÉ* e *Veja* no ano de 2006.

**Table 5.** Stories with denunciations published by magazines *Época*, *IstoÉ* and *Veja* in 2006.

Reportagens com denúncias	Média de reportagens com denúncias por revista	Média semanal de reportagens com denúncias
33	11,3	1,3

Em 2010, ano da última eleição presidencial no país, o foco das grandes revistas se dividiu entre o Executivo federal e governos e campanhas nos estados. Só um escândalo político envolvendo o governador do Distrito Federal e outras pessoas ligadas a ele rendeu cerca de um terço de todas as reportagens com denúncias publicadas nas revistas. Corrupção e arrecadação de recursos ilícitos para campanhas políticas foi o tema da maioria das denúncias. Os números das reportagens referentes a esse ano geram a seguinte tabela:

**Tabela 6.** Reportagens com denúncias publicadas pelas revistas *Época*, *IstoÉ* e *Veja* no ano de 2010.

**Table 6.** Stories with denunciations published by magazines *Época*, *IstoÉ* and *Veja* in 2010.

Reportagens com denúncias	Média de reportagens com denúncias por revista	Média semanal de reportagens com denúncias
34	11,3	1,3

Por conta dos filtros aplicados e da limitação do *corpus*, não se pode tomar os números absolutos das tabelas como um retrato da publicação total de reportagens com denúncias. Por exemplo, o último número encontrado – 34 reportagens com denúncias em 2010 – não representa o total de reportagens desse tipo publicado pelas três grandes revistas naquele ano. O número representa o total de reportagens com denúncias produzidas pelas sucursais de Brasília das três revistas e publicadas na editoria de Brasil de cada uma delas no primeiro semestre de 2010. Ou seja, o número total de denúncias publicadas pelas três revistas no ano é maior que o encontrado.

A análise do *corpus* serve, e muito bem, para a obtenção de proporcionalidades e avaliação de tendências. Nessa linha, os números

mostram de forma clara que o período de duas décadas pós-redemocratização pode ser dividido em dois, com características muito distintas. Para facilitar a análise, a tabela a seguir reúne os dados de todos os anos pesquisados.

**Tabela 7.** Reportagens com denúncias publicadas pelas revistas *Época*, *IstoÉ* e *Veja* entre 1989 e 2010

**Table 7.** Stories with denunciations published by magazines *Época*, *IstoÉ* and *Veja* between 1989 and 2010.

Ano	Reportagens com denúncias	Média de reportagens com denúncias por revista	Média semanal de reportagens com denúncias
1989	8	4	0,3
1994	12	6	0,5
1998	9	4,5	0,3
2002	38	12,7	1,5
2006	33	11	1,3
2010	34	11,3	1,3

Como se vê, nos anos eleitorais de 1989, 1994 e 1998, apesar de uma pequena variação numérica – de três ou quatro reportagens por ano –, há uma certa estabilidade na publicação de denúncias. São 8 reportagens no primeiro ano, 12 no segundo e 9 no terceiro. Como reflexo, a média semanal de denúncias publicadas pelas duas revistas que estavam circulando no período analisado – *IstoÉ* e *Veja* – oscila entre 0,3 e 0,5. Essa média foi obtida pela divisão dos números do total de reportagens publicadas pelas revistas por 26, que é o número de semanas do primeiro semestre.

Já nos anos eleitorais do começo do século XXI – 2002, 2006 e 2010 –, a estabilidade na publicação de denúncias se dá em outro patamar. São 38 reportagens no primeiro ano, 33 no segundo e 34 no terceiro. A consequência é que a média semanal de denúncias publicadas pelas três grandes revistas – agora já contando com *Época* – passa a variar entre 1,3 e 1,5.

A comparação entre os dois períodos mostra uma média de 0,4 denúncia publicada semanalmente nos três primeiros anos de eleições presidenciais pós-regime militar e uma média de 1,4 denúncia nos três anos eleitorais seguintes. Considerada a limitação do *corpus*, os números permitem concluir que a publicação de denúncias nas três maiores revistas informativas semanais brasileiras mais que triplicou entre a última década do século XX e a primeira década do século XXI.

Ainda que se considere o fato de haver três revistas no corpus referente aos três últimos anos analisados – *Época*, *IstoÉ* e *Veja* – e apenas duas – *IstoÉ* e *Veja* – nos anos eleitorais anteriores, a variação é muito grande. Para isso serve a análise da média de publicação de denúncia por revista, que fica entre 4 e 6 nos três primeiros anos e pula para entre 11 e 13 nos três anos seguintes. Ou seja, ainda que se alegue que um número maior de jornalistas estava buscando informações a partir do surgimento da terceira revista e que isso explicaria o aumento no total de reportagens com denúncias, fica clara a mesma tendência verificada na média semanal. E, na verdade, a presença da terceira revista não implica necessariamente um maior contingente de repórteres em busca de informações. A *Veja*, a maior das três publicações, por exemplo, cortou pela metade sua equipe em Brasília entre o início da década de 1990 e o começo dos anos 2000.

### Razões para o aumento na publicação de denúncias

A clássica teoria do *gatekeeping* ajuda a entender a predileção da imprensa por denúncias. Criada em 1950, no artigo do pesquisador norte-americano David Manning White, a teoria serve até hoje para explicar razões pelas quais uma notícia ou uma reportagem é preterida em benefício de outra. White acompanhou o trabalho de um jornalista com cerca de 40 anos de idade e 25 de profissão que atuava como editor em um jornal de uma cidade norte-americana com cerca de 100 mil habitantes. Sua função principal era selecionar entre as notícias chegadas por telégrafo quais deveriam ser publicadas e quais deveriam ser descartadas, além também de definir o destaque que deveria ser dado ao material publicado. Era, assim, a pessoa que abria ou fechava o portão (*gate*) para as notícias. White pediu ao editor, que apelidou de “Mr. Gates”, que fizesse, no material que decidia não publicar, anotações sobre a razão que o levava a fazer isso. O resultado dessas anotações rendeu os pressupostos básicos da teoria do *gatekeeping*.

*É somente quando analisamos as razões apresentadas pelo “Mr. Gates” para a rejeição de quase nove décimos das notícias (na sua procura do décimo para o qual ele tem espaço) que começamos a compreender como a comunicação de “notícias” é extremamente subjetiva e dependente de juízos de valor baseados na experiência, atitudes e ex-*

*pectativas do gatekeeper. Neste caso particular, os 56 enunciados apresentados podem ser divididos em duas categorias principais: (1) rejeição do incidente devido à sua pouca importância, e (2) selecção a partir de muitos relatos do mesmo acontecimento (White, 1999, p. 145, grifos originais).*

Uma denúncia pode ser rejeitada dentro da primeira categoria observada por White, já que um editor pode considerar que o assunto à qual ela se refere não tem importância. No entanto, como em quase toda sua totalidade as reportagens com denúncias provêm de investigações feitas por jornalistas ou do repasse com exclusividade de uma informação de determinada fonte, é muito difícil haver muitos relatos do mesmo acontecimento. Assim, uma reportagem com denúncia já exclui, em sua origem, uma das duas principais razões para ser rejeitada.

As conclusões de White têm algumas limitações, como aponta o pesquisador português Nelson Traquina. “A teoria do *gatekeeper* analisa as notícias apenas a partir de quem as produz: o jornalista. (...) No nível individual, a teoria avança uma explicação quase exclusivamente psicológica” (2005, p. 151, grifo original). Por isso, é aconselhável analisar as ‘vantagens’ de uma reportagem com denúncia na disputa por espaço de publicação também sob o prisma dos estudos sobre os valores-notícia. Se a teoria do *gatekeeping* auxilia na compreensão do que leva uma matéria jornalística a não ser publicada, os valores-notícia permitem detectar as razões que, ao contrário, podem ajudar uma reportagem a conseguir passar pelos filtros. Eles analisam a noticiabilidade, ou seja, o que o estudioso italiano Mauro Wolf, no livro que se tornou uma espécie de manual sobre teorias de comunicação, chama de “aptidão” que um acontecimento tem para ser transformado em notícia. De acordo com o autor, valores-notícia garantem essa noticiabilidade. “Esses valores constituem a resposta à pergunta seguinte: quais os acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias?” (1999, p.195).

Wolf explica ser difícil listar os valores-notícia, porque eles mudam no tempo e não permanecem sempre os mesmos. Ainda assim, ele separa os valores-notícia em quatro grupos: os referentes ao conteúdo da notícia, os ligados à disponibilidade do material, os que se referem ao público e os que dependem da concorrência. No primeiro grupo, o mais rele-

vante para a discussão sobre denúncias no jornalismo, ele cita quatro valores-notícia: 1) grau e nível hierárquico dos envolvidos; 2) impacto sobre a nação; 3) quantidade de pessoas que o acontecimento envolve; e 4) relevância quanto à evolução futura de uma determinada situação. Não há garantia de que uma denúncia carregue os três primeiros valores-notícia desse grupo. No entanto, é muito difícil uma denúncia não ter o quarto valor-notícia listado, pois a capacidade potencial de uma matéria que aponta alguma irregularidade gerar uma consequência, uma evolução futura, é enorme.

Wolf também detalha os valores-notícia referentes à concorrência, que valorizam o furo jornalístico, a notícia dada com exclusividade. Por na maior parte das vezes serem exclusivas, as denúncias também carregam esse valor-notícia.

O pesquisador português Jorge Pedro Sousa fez uma compilação de estudos sobre valores-notícia.

*Aquilo que torna uma mensagem ou um acontecimento noticiável, a noticiabilidade, é uma qualidade que, segundo me parece, encontra explicação na conjunção de vários fatores conformativos principais: a ação pessoal, a ação social, a ação ideológica e a ação cultural (2002, p. 95).*

Ao reunir listas feitas por estudiosos dos principais valores-notícia, Sousa cita o conflito ou a controvérsia, a negatividade e a singularidade. Grosso modo, todos esses elementos estão presentes em uma reportagem com denúncia.

É preciso ainda lembrar que a publicação de denúncias na imprensa está diretamente atrelada ao modelo de jornalismo preponderante no Brasil. Nelson Traquina (1999) afirma que no decorrer do século XIX a imprensa ocidental passou por uma transição do jornalismo partidário, aquele claramente engajado em causas e ligado a grupos, para o jornalismo factual. Essa transformação implica, para o autor, uma clara mudança no papel que a imprensa escolhe para si.

*Esta evolução implicou a subordinação da lógica político-ideológica à lógica econômica, nomeadamente na procura de públicos mais vastos, crescentes vendas e receitas (incluindo a publicidade) e a apresentação de um produto que privilegia factos e não opiniões e implica um novo conceito de notícia, em termos dos interesses de uma nova classe de leitores. Numa época marcada pelo positivismo, também os jornalistas são*

*levados ao culto dos factos e à tarefa de reproduzir fielmente a realidade, impressionados com novos inventos, como a máquina fotográfica. A expansão da imprensa, com as suas acrescidas responsabilidades, surge acompanhada do conceito de “Quarto Poder”, em que a defesa e vigilância da nova força chamada “opinião pública” é invocada como dever e actua como legitimadora da nova força social que é a imprensa (Traquina, 1999, p. 23).*

Para exercer a autoconcedida função de quarto poder, a imprensa depende enormemente da denúncia. O quarto poder é basicamente o de fiscal, e a função primordial de um fiscal é encontrar e apontar coisas erradas. Ao publicar o que considera irregular ou incorreto, o jornalista faz uma denúncia.

De forma um pouco diferente, mas na mesma linha de Traquina, Jorge Pedro Sousa (2000) faz uma distinção entre quatro modelos de jornalismo:

- 1) jornalismo revolucionário;
- 2) jornalismo comunista;
- 3) jornalismo para o desenvolvimento;
- 4) jornalismo ocidental

Os três primeiros modelos têm, respectivamente, causas específicas: mudar a ordem vigente, implantar um novo sistema e se engajar em determinados programas e projetos. O modelo revolucionário limita o uso da denúncia, já que ela não pode ser feita contra pessoas, movimentos e instituições que estão, na disputa pelo poder, do mesmo lado que a imprensa está. O modelo comunista, com a imprensa controlada pelo governo, praticamente elimina a denúncia, já que ela não combina com censura. A não ser, claro, que seja uma denúncia que interesse ao próprio governo. De qualquer forma, o uso da denúncia é muito reduzido nesse modelo. No jornalismo para o desenvolvimento ocorre quase o mesmo. Como a imprensa está engajada em campanhas e em projetos, quase sempre junto ao governo, ela não vai fazer denúncias que abalem o governo.

Já no modelo ocidental, que é aquele em que o papel de quarto poder aparece com clareza, o uso da denúncia é fundamental. É o modelo no qual, teoricamente, a imprensa deve ser independente e livre para apontar irregularidades e ações erradas, como afirma Sousa. “O modelo ocidental de jornalismo preconiza que a imprensa deve ser independente do estado e dos poderes, tendo o direito a reportar, comentar, interpretar e criticar as

atividades dos agentes de poder, inclusive dos agentes institucionais, sem repressão ou ameaça de repressão” (2000, p. 36).

Como a imprensa brasileira, a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos e em países da Europa, se enquadra nesse modelo de jornalismo, fica clara a importância e o espaço que ela dá para publicação de denúncias.

Um outro caminho pelo qual se deve buscar explicações para o crescimento da publicação de reportagens com denúncias na imprensa brasileira é algo que se poderia chamar de aumento na transparência do Estado. Essa transparência impacta a produção jornalística em duas frentes: de um lado, a criação de novas ferramentas de controle de instituições favorece a apuração jornalística; de outro, o surgimento ou o aperfeiçoamento de órgãos de controle do Estado amplia o sistema de fiscalização e a revelação de irregularidades.

Há muitos exemplos de novas ferramentas que surgiram nos últimos anos e podem ser usadas na apuração jornalística. Um dos principais é o Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi). Trata-se de um sistema que registra todas as despesas da União, com detalhamento de mercadorias e serviços comprados e nomes de fornecedores. O embrião desse sistema foi criado em 1987, antes ainda da primeira eleição direta para presidente da República pós-ditadura. Em seus primórdios, no entanto, o sistema só podia ser acessado por parlamentares e funcionários do governo federal. Assim, para conseguir uma informação disponível no Siafi, um jornalista necessitava da ajuda de um deputado, um senador ou um servidor público disposto a colaborar. Foi na segunda metade da década de 1990 que o Siafi foi sendo, aos poucos aberto para consulta pública – e, como consequência, para a consulta por jornalistas. Hoje, portais da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do próprio governo federal garantem a consulta à maior parte dos dados do Siafi, o que tem permitido a publicação de reportagens com denúncias de uso de verbas públicas para favorecimento a partidos, aliados, bases eleitorais e empresas.

Outra importante ferramenta de apuração jornalística é o Sistema de Prestação de Contas Eleitorais, que passou a ser disponibilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a partir de 2002. Por meio dele é possível se verificar os nomes de empresas e pessoas físicas que fizeram doações para campanhas políticas. Esses dados já eram públicos, mas precisavam ser

consultados diretamente nas sedes dos Tribunais Regionais Eleitorais ou do próprio TSE, conforme o cargo para qual determinado candidato concorria, o que dificultava e às vezes inviabilizava o trabalho de um repórter. Por meio desse sistema foram produzidas muitas reportagens denunciando o favorecimento de determinado político a um ou mais doadores de sua campanha eleitoral.

Na outra frente, a de surgimento ou aperfeiçoamento de órgãos de controle do Estado, um dos principais exemplos é o do Ministério Público. Na constituição de 1988, o órgão ganhou autonomia e independência, deixando de ser subordinado ao Poder Executivo, como ocorria desde a constituição de 1969, produzida pelo regime militar. A nova estrutura e os novos poderes do Ministério Público foram regulamentados em 1993, e em meados da década de 1990 o órgão pode finalmente se reestruturar, aprimorando assim a investigação de instituições públicas e autoridades. Para se ter uma ideia do impacto dessa mudança na publicação de reportagens com denúncia, vale a pena analisar o ocorrido no ano de 2002. Dentro dos filtros aplicados para este estudo, foram identificadas 38 reportagens com denúncias publicadas naquele ano pelas três grandes revistas brasileiras. Desse total, 16 – o equivalente a 42% – foram parcial ou integralmente produzidas a partir de informações do Ministério Público.

Entre as novas instituições de investigação do Estado criadas após o regime militar se destaca a Controladoria Geral da União (CGU). O órgão foi criado em 2001 e equipado e aperfeiçoado nos cinco anos seguintes, sendo que atualmente seu chefe tem status de ministro. Uma das funções principais da Controladoria é monitorar o uso de recursos da União repassados para estados e municípios. No corpus avaliado para este estudo, a CGU aparece como originária das informações de reportagens com denúncias publicadas nos dois últimos anos pesquisados, 2006 e 2010.

Ao se reunir as duas frentes de explicação – teorias do jornalismo e avanços na transparência do Estado –, pode-se afirmar que, de certa forma, o desenvolvimento da democracia no país criou um cenário favorável para que a imprensa brasileira pudesse utilizar mais os valores-notícia tradicionais. A censura que inibia o uso desses valores-notícia foi substituída por uma oferta maior de informações que os reforçaram.



## Consideração final

A intenção do estudo que originou este artigo foi dimensionar a publicação de reportagens com denúncias na imprensa brasileira. Como foi visto, o levantamento empírico corrobora e dimensiona a impressão de que a imprensa do país tem aumentado sua predileção por denúncias, mas tanto estudos teóricos sobre jornalismo como uma análise de acontecimentos recentes na história institucional do país mostram que essa predileção não deve ser vista com muito estranhamento.

## Referências

- BARDIN, L. 1977. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Edição 70, 225 p.
- BELOCH, I.; FAGUNDES, L. 2006. *Uma história escrita por vencedores – 50 anos do Prêmio Esso de Jornalismo*. Rio de Janeiro, Memória Brasil, 194 p.
- NASCIMENTO, S. 2010. *Os novos escribas*. Porto Alegre, Arquipélago Editorial, 112 p.
- SOUSA, J. 2000. *As notícias e os seus efeitos*. Coimbra, Minerva, 222 p.
- SOUSA, J. 2002. *Teorias da notícia e do jornalismo*. Chapecó, Argos, 222 p.
- TRAQUINA, N. 1999. Introdução. In: N. TRAQUINA (org). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa, Vega, p. 19-26.
- TRAQUINA, N. 2005. *Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são*. Florianópolis, Insular, 224 p.
- WAISBORD, S. 2000. *Watchdog Journalism in South America*. New York, Columbia University Press, 282 p.
- WHITE, D. M.. 1999. O Gatekeeper: Uma Análise de Caso na Seleção de Notícias. In: N. TRAQUINA (Org). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa, Veja, p 142-151.
- WOLF, M. 1999. *Teorias da comunicação*. Lisboa, Editorial Presença, 271 p.

Submetido: 30/06/2013  
Aceito: 09/07/2013